



CATÓLICA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA

PORTO



EDUCAÇÃO, TERRITÓRIOS E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Atas do II Seminário Internacional



CATOLICA
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E PSICOLOGIA

PORTO



EDUCAÇÃO, TERRITÓRIOS E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Atas do II Seminário Internacional

Porto . 2017

© 2017 Universidade Católica Portuguesa . Porto
Faculdade de Educação e Psicologia
Centro de Estudos em Desenvolvimento Humano

Título: Educação, Territórios e Desenvolvimento Humano: Atas do II Seminário Internacional . **Organizadores:** Joaquim Machado (coord.), Cristina Palmeirão, Ilídia Cabral, Isabel Baptista, Joaquim Azevedo, José Matias Alves, Maria do Céu Roldão . **Autores:** Adriana de Lima Penteadó, Afonso José Ganho Pereira de Athayde, Aldenor Batista da Silva Junior, Amâncio Carvalho, Amélia de Jesus Marchão, Ana Vigário, Angelina Sanches, António Andrade, Armando Loureiro, Carla Alexandra do Espírito Santo Guerreiro, Carla Baptista, Carla Sofia Oliveira, Carolina Mendes, Célia Beatriz Piatti, Cláudia Aleixo Alves, Cleonice Halfeld Solano, Conceição Martins, Cristiane Mesquita Gomes, Cristina Palmeirão, Cynthia Matínez-Garrido, Daniela Gonçalves, Danilma de Medeiros Silva, Dante Henrique Moura, Darliane Silva do Amaral, Elisabete Corcetti, Elsa Morgado, Elza Mesquita, Erlando Silva Rêses, Eulália Tadeu, Felipe André Angst, Fernando Rebola, Filomena Lume, Francisco Guimarães, Geisa Portelinha Coelho, Germano Borges, Hélder Henriques, Henrique Luís Gomes de Araújo, Ilda Freire Ribeiro, Ilídia Cabral, Íris Daniela Bidarra, Isabel Lage, Jane do Carmo Machado, Joana Leite, Joaquim Azevedo, Joaquim Escola, Joaquim Machado, Joaquim Sousa, Joelci Mora Silva, José Matias Alves, Laura Rocha, Laurinda Leite, Lenilda damasceno Perpétuo, Leonor Lima Torres, Levi Silva, Leyani Ailin Chávez Noya de Oliveira, Luísa Orvalho, Luiz Caldeira Brant de Tolentino-Neto, Manuel Luís Castanheira, Manuel Monteiro, Manuel Peniche Bertão, Marco António Oliva Monje, Marco Cruzeiro, Margarida Maria da Gama oliveira, Maria das Dores Saraiva de Loreto, Maria do Céu Roldão, Maria Filomena Gonçalves Ferreira, Maria Gerlandia de Oliveira Aquino, Maria Isolete Sousa, Maria Ivone Gaspar, Maria Lúcia Massano, Maria Teresa Mateus Pires, Marina Pinto, Mário Cardoso, Mary Rangel, Micheli Bordoli Amestoy, Milena Pimenta de Souza, Paula Marisa Fortunato vaz, Paula Pinto, Paulo de Carvalho, Renata Leite, Rubia Fonseca, Rui Lourenço-Gil, Rui Neves, Samuel Helena Tumbula, Sandra Mónica Dias Almeida, Sefisa Bezerra, Sérgio Olim Gomes de Mendonça, Sílvia Amorim, Sirley Marques da Silva, Sofia Bergano, Sónia da Cunha Urt, Sónia Mirela de Sousa, Soraya Vital, Sueli Mamede Lobo Ferreira, Susana Gastal, Susana Henriques, Teresa Melo Gomes; Rosa Serradas Duarte, Victor Muirequetule, Vincenzo Schirripa, Vitor Barrigão Gonçalves, Wilson ProfirioNicaquela, Zulmira Moreira Ramos **Design e Paginação:** LabGraf . **Colaboração:** Cristina Crava, Francisco Martins . **Editor:** Faculdade de Educação e Psicologia – Centro de Estudos em Desenvolvimento Humano, Universidade Católica Portuguesa – Porto . **Local e data:** Porto, 2017 . **ISBN:** 978-989-99486-8-6 .

APRESENTAÇÃO	9
ÁREA TEMÁTICA	
PROJETOS LOCAIS E DESENVOLVIMENTO SOCIOCOMUNITARIO	
<hr/>	
A ARTICULAÇÃO DO SISTEMA DE EDUCAÇÃO PARA A EFETIVAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE JOVENS E ADULTOS TRABALHADORES NO MUNICÍPIO DE LUZIÂNIA-GO	13
Sueli Mamede Lobo Ferreira	
CURRÍCULO, FORMAÇÃO INTEGRAL & EDUCAÇÃO 3.0	27
Rubia Fonseca, Amâncio Carvalho, Joaquim Escola, Armando Loureiro	
FESTAS RELIGIOSAS E COGNIÇÃO POPULAR: UMA APROXIMAÇÃO À FESTA DO DIVINO EM ALCÂNTARA (BRASIL)	49
Susana Gastal, Cristiane Mesquita Gomes	
ENSINO SUPERIOR MILITAR E DESENVOLVIMENTO DE COMPETÊNCIAS DE COMANDO E LIDERANÇA	65
Victor Muirequetule, Joaquim Machado	
A EVOLUÇÃO DA EDUCAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NO BRASIL NO SÉCULO XX: O DESAFIO DA APRENDIZAGEM NA DIVERSIDADE CULTURAL DOS POVOS INDÍGENAS XUKURU DO ORORUBÁ	83
Maria Gerlandia de Oliveira Aquino	
PROJETO INTEGRA-(TE): PEDAGOGIA E EDUCAÇÃO NA EXPLORAÇÃO DE NOVOS DESAFIOS	105
Vitor Barrigão Gonçalves, Paula Marisa Fortunato Vaz	
EDUCATION AND COMMUNITY EMPOWERMENT IN THE CONTEXT OF ITALIAN MERIDIONALISM. DANILO DOLCI, A NONVIOLENT LEADER IN SICILY	115
Vincenzo Schirripa	
HÁ LUGAR PARA O ANTROPÓLOGO NOS PLANOS DE DESENVOLVIMENTO LOCAL?	129
Henrique Luís Gomes de Araújo	
LITERACIA MUSICAL E APRENDIZAGEM SOCIAL: ESTUDO DE CASO	139
Zulmira Moreira Ramos	

ÁREA TEMÁTICA

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL E PROJETOS DE MELHORIA

AÇÕES DE (AUTO)AVALIAÇÃO E SEUS EFEITOS PARA MELHORIA DA QUALIDADE NO ENSINO SUPERIOR – UM ESTUDO DE CASO	154
Felipe André Angst, José Matias Alves	
A AUTOAVALIAÇÃO COMO PROCESSO DE MELHORIA: UM ESTUDO DE CASO	174
Carla Baptista, José Matias Alves	
AS PERCEÇÕES DOS DIRETORES DE TURMA SOBRE AS SUAS FUNÇÕES E PODERES	183
Sónia Mirela de Sousa, Joaquim Machado	
O PROJETO EDUCATIVO NA PROMOÇÃO DA FUNCIONALIDADE DA ESCOLA	192
Margarida Maria da Gama oliveira, Cristina Maria Gomes da Costa Palmeirão	
SEGURANÇA PSICOLÓGICA DAS EQUIPAS E COMPORTAMENTOS DE APRENDIZAGEM: UM ESTUDO EMPÍRICO EM ORGANIZAÇÕES ESCOLARES	219
Rui Lourenço-Gil, Ilídia Cabral, José Matias Alves	
ENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÃO NA CIDADANIA GLOBAL: REFLEXOS DA FORMAÇÃO	232
Ilda Freire Ribeiro, Sofia Bergano, Conceição Martins, Angelina Sanches, Elza Mesquita	
PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA: MELHORIA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA?	251
Cleonice Halfeld Solano	
O CONTROLO DA QUALIDADE E A GARANTIA DA QUALIDADE EQAVET: DE QUE FALAMOS?	265
Laura Rocha, José Matias Alves	
CONSTRUCCIÓN DE UN MODELO DE ENSEÑANZA EFICAZ	282
Cynthia Matínez-Garrido	
AS LIDERANÇAS INTERMÉDIAS: QUE CONTRIBUTO PARA O (IN)SUCESSO DA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR?	295
Manuel Monteiro, José Matias Alves	
QUALIDADE NA EDUCAÇÃO NO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE CORUMBÁ (MS) BRASIL	315
Marco António Oliva Monje	
UMA EXPERIÊNCIA DE IMPLEMENTAÇÃO DE MÉTODOS DE APRENDIZAGEM DINÂMICA E COOPERATIVA NO CONTEXTO DA DISCIPLINA DE FILOSOFIA	333
Marco Cruzeiro	
O MAL-ESTAR DISCENTE NUMA ESCOLA DO OUTRO SÉCULO: OLHARES DE ALUNOS	353
Carla Baptista, José Matias Alves	

PERCEPÇÃO DA AVALIAÇÃO PEDAGÓGICA NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO HERMENÊUTICO	371
Leyani Ailin Chávez Noya de Oliveira, Wilson ProfirioNicaquela	

ÁREA TEMÁTICA

ALUNOS, PROFESSORES E POLÍTICAS DE INCLUSÃO NA ESCOLA

EXPERIÊNCIAS DE APRENDIZAGEM DA LÍNGUA INGLESA COM ALUNOS EM RISCO USANDO JOGOS DIGITAIS	405
Joaquim Sousa, António Andrade, Joaquim Machado	
AS ATIVIDADES DE ENRIQUECIMENTO CURRICULAR: A VOZ DOS ATORES	420
Maria Filomena Gonçalves Ferreira, Joaquim Machado	
PROGRAMA INTEGRADO DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO (PIEF): UMA MEDIDA ESCOLAR DE INCLUSÃO OU EXCLUSÃO?	435
Darlíane Silva do Amaral	
A CANDIDATURA AO ENSINO SUPERIOR COMO ESTRATÉGIA DE DISTINÇÃO SIMBÓLICA: AS ESCOLHAS DOS ESTUDANTES DISTINGUIDOS POR MÉRITO ESCOLAR NO ENSINO SECUNDÁRIO	450
Germano Borges, Leonor Lima Torres	
PELOS 'JARDINS SECRETOS' DE DUAS ESCOLAS COM POPULAÇÕES ESTUDANTES SEMELHANTES, MAS COM RESULTADOS ACADÉMICOS DIFERENTES	468
Sílvia Amorim, Ilídia Cabral, José Matias Alves	
COMUNIDADE CIGANA CALON EM PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO: CONFLITOS ÉTNICOS E SABERES PLURICULTURAI	489
Lenilda damasceno Perpétuo, Erlando Silva Rêses	
DAS TENDÊNCIAS EUROPEIAS ÀS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM PORTUGAL, COM TECNOLOGIAS EMERGENTES	506
Íris Daniela Bidarra, António Andrade	
OS ESPAÇOS EDUCATIVOS NAS ESCOLAS DO PROGRAMA DE MODERNIZAÇÃO DO PARQUE ESCOLAR DESTINADO AO ENSINO SECUNDÁRIO	523
Manuel Peniche Bertão, José Matias Alves	
O (IN)SUCESSO ESCOLAR NO PRIMEIRO ANO DO CURSO DE ENGENHARIA MECÂNICA	548
Samuel Helena Tumbula, Joaquim Azevedo	
PROMOVER O SUCESSO ESCOLAR ATRAVÉS DA LITERACIA: O EXEMPLO DA ESCOLA TÉCNICA ESTADUAL CANGUÇU, NO RIO GRANDE DO SUL	566
Carla Alexandra do Espírito Santo Guerreiro, Geisa Portelinha Coelho	

AS FRONTEIRAS DA SALA DE AULA: CRUZAMENTOS CONSENTIDOS	577
Isabel Lage, José Matias Alves	
A TUTORIA ESCOLAR COMO ESTRATÉGIA DE INTERVENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DOS JOVENS: SISTEMATIZAÇÃO E ANÁLISE DE EVIDÊNCIAS	596
Sandra Mónica Dias Almeida, Cristina Palmeirão	
O IMPACTO DAS PROVAS EXTERNAS DO 1º CICLO DO ENSINO BÁSICO, PARA ALÉM DOS NÚMEROS: RESULTADOS, REPRESENTAÇÕES E IMPACTOS PERCECIONADOS	620
Ana Vigário, Ilídia Cabral	
PROGRAMA DE EDUCAÇÃO MORAL E RELIGIOSA CATÓLICA – EDIÇÃO DE 2014: QUE PRESSUPOSTOS DOS AUTORES E DECISORES CURRICULARES?	639
Francisco Guimarães, Maria do Céu Roldão	
ESTUDIO MULTINIVEL SOBRE EL IMPACTO DE LAS ESTRATEGIAS DE EVALUACIÓN EN EL AULA SOBRE EL RENDIMIENTO ACADÉMICO EN AMÉRICA LATINA	660
Cynthia Martínez Garrido	
O(S) EFEITO(S) DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS NA PROMOÇÃO DO SUCESSO DA APRENDIZAGEM NA LÍNGUA MATERNA NOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO	677
Maria Isolete Sousa, Daniela Gonçalves	
PROJETOS INTERDISCIPLINARES: UMA OPORTUNIDADE DE APRENDIZAGEM CRÍTICA E CRIATIVA	694
Marina Pinto, Renata Leite, Daniela Gonçalves	
A INCLUSÃO SOCIAL ATRAVÉS DO ENSINO DAS CIÊNCIAS: UM ESTUDO CENTRADO NOS CURRÍCULOS BRASILEIRO E PORTUGUÊS	708
Micheli Bordoli Amestoy, Laurinda Leite, Luiz Caldeira Brant de Tolentino-Neto	
ÁREA TEMÁTICA	
DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E FORMAÇÃO PROFISSIONAL	
<hr/>	
A ESCOLA COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES: CONTRIBUIÇÕES PARA O TRABALHO DOCENTE	731
Jane do Carmo Machado, Mary Rangel, Rui Neves	
A SUPERVISÃO PEDAGÓGICA E O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DOS PROFESSORES DE GEOGRAFIA	747
Carla Sofia Oliveira	
OS PROFESSORES E A COADJUVAÇÃO EM SALA DE AULA	768
Eulália Tadeu, Joaquim Machado	

A SUPERVISÃO COMO DISPOSITIVO DE DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL E TRANSFORMAÇÃO DE PRÁTICAS	786
Elza Mesquita, Maria do Céu Roldão	
AS NOVAS ORIENTAÇÕES CURRICULARES PARA A EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR: UM PROCESSO EM PARTICIPAÇÃO	803
Amélia de Jesus Marchão, Hélder Henriques, Fernando Rebola	
ESTRATÉGIAS FORMATIVAS E IMPACTOS NO DESENVOLVIMENTO ORGANIZACIONAL E PROFISSIONAL DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS COM ENSINO PROFISSIONAL	824
Luísa Orvalho, José Matias Alves	
O MULTICULTURALISMO E A DOCÊNCIA NO CONTEXTO AMAZÔNICO: A ATUAÇÃO DO PROFESSOR ASSISTENTE NO CURSO DE PEDAGOGIA INTERCULTURAL	839
Sirley Marques da Silva	
FORMAÇÃO BIOÉTICA NO 3.º CICLO DO ENSINO BÁSICO: EVOLUÇÃO, SITUAÇÃO ATUAL E PERSPETIVAS	858
Sérgio Olim Gomes de Mendonça	
ÁREAS CURRICULARES NA EDUCAÇÃO DE INFÂNCIA: PERSPETIVAS DOS EDUCADORES	881
Manuel Luís Castanheira, Carla alexandra do Espírito Santo Guerreiro	
O CONTRIBUTO DA SUPERVISÃO PARA O DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DO DOCENTE ONLINE: REFLEXÕES TEÓRICAS	887
Susana Henriques, Maria Ivone Gaspar, Maria Lúcia Massano	
AS INCERTEZAS DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DOCENTE...	899
Teresa Melo Gomes; Rosa Serradas Duarte	
POLÍTICA DE FORMAÇÃO DOCENTE: O PIBID COMO ESPAÇO DE FORMAÇÃO CULTURAL	917
Cláudia Aleixo Alves	
A PROFISSIONALIDADE DOCENTE PARA A EDUCAÇÃO BÁSICA DE QUALIDADE SOCIAL	931
Adriane de Lima Penteadó	
UM ESTUDO SOBRE AS DIMENSÕES DO DESENVOLVIMENTO PROFISSIONAL DO ADMINISTRADOR	948
Sefisa Bezerra, Elsa Morgado, Mário Cardoso, Levi Silva	
UM CURRÍCULO CONSTRUÍDO EM TORNO DO MAR: GÉNESE, DESENVOLVIMENTO E POTENCIALIDADES DE UM PROJETO	968
Paula Pinto, José Matias Alves	
PUBLIC EDUCATIONAL POLICIES FOCUSED ON GENDER IN BRAZIL: DILEMMAS AND CHALLENGE	968
Elisabete Corcetti, Maria das Dores Saraiva de Loreto	

QUANDO O PESQUISAR COLABORA PARA FORMAR: PROFESSORAS NAS OFICINAS DE APRENDIZAGEM DO FACEBOOK	1012
--	------

Joelci Mora Silva, Sônia da Cunha Urt

A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL DA PSICOLOGIA PARA ATUAR NA INTERFACE COM A EDUCAÇÃO EM MATO GROSSO DO SUL	1025
--	------

Aldenor Batista da Silva Junior, Joelci Mora Silva, Soraya Vital, Sônia da Cunha Urt

ÁREA TEMÁTICA

ESCOLA, TERRITÓRIO E MUNDO DO TRABALHO

ESCOLARIZAÇÃO E MUNDO DO TRABALHO	1047
--	------

Milena Pimenta de Souza

OS MUNICÍPIOS E A DESCENTRALIZAÇÃO EDUCATIVA: RETÓRICA E AÇÃO	1059
--	------

Joana Leite, Joaquim Machado

A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL IMPLEMENTADA COM O PRONATEC E A SUA VINCULAÇÃO COM O MUNDO DO TRABALHO	1068
---	------

Danilma de Medeiros Silva, Dante Henrique Moura

ESCOLA PRIMÁRIA SUPERIOR DO FUNCHAL (1919-1926)	1085
--	------

Filomena Lume

OS CURSOS PROFISSIONAIS EM PORTUGAL, 2005-2016: UMA ABORDAGEM EXPLORATÓRIA DE AVALIAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS	1098
--	------

Danilma de Medeiros Silva

PROJETO EDUCATIVO MUNICIPAL: DA RETÓRICA ÀS (PERCEÇÕES SOBRE AS) PRÁTICAS – UM ESTUDO DE CASO	1112
--	------

Maria Teresa Mateus Pires, Ilídia Cabral

A EDUCAÇÃO DO CAMPO NO CONTEXTO DA FORMAÇÃO INICIAL: O SENTIDO E O SIGNIFICADO DA LEITURA NA VOZ DOS LEITORES	1134
--	------

Célia Beatriz Piatti, Sônia da Cunha Urt, Joelci Mora Silva

POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO EM CONTEXTOS EM DESENVOLVIMENTO PERCEBIDAS NA COMPLEXIDADE DO GLOCAL	1151
--	------

Carolina Mendes, José Matias Alves, Paulo de Carvalho

PROJETO EDUCATIVO MUNICIPAL: DA RETÓRICA ÀS (PERCEÇÕES SOBRE AS) PRÁTICAS – UM ESTUDO DE CASO

Maria Teresa Mateus Pires

Universidade Católica, FEP
Porto, Portugal, mtpires@gmail.com

Ilídia Cabral

Centro de Estudos de Desenvolvimento Humano, Universidade Católica, FEP
Porto, Portugal, icabral@porto.ucp.pt

Resumo

O objeto de estudo que dá origem a esta comunicação é um Projeto Educativo Municipal - PEM, enquanto resposta da autarquia à corresponsabilização crescente da sociedade local, em matéria de educação, às solicitações de descentralização e às transferências de competências do Ministério da Educação (ME) para os Municípios.

Recorrendo a um estudo de caso com base em análise documental, entrevistas semiestruturadas e inquérito por questionário, partimos dos princípios teóricos – da retórica – e, recolhemos um conjunto vasto de dados empíricos que posteriormente confrontamos com as perceções de diferentes atores ligados à construção do PEM sobre as práticas.

Desta confrontação resultaram discrepâncias assinaláveis entre o que alguns princípios teóricos estabelecem e o que os dados empíricos recolhidos nos dizem, nomeadamente no que diz respeito aos modos de regulação da educação, à

autonomia das escolas, ao ideal de construção de uma cidade educadora ativa e participada e ao papel desempenhado pelo Conselho Municipal da Educação, entre outras.

Palavras-chave: Autonomia das escolas; descentralização; município; Projeto Educativo Municipal

Abstract

The current thesis focuses on a Municipal Educational Project - PEM. Such type of project has been emerging nationwide out a growing decentralization desire by central governments, as well as by the growing desire of Municipal Authorities to take control of Education processes within their region of authority. Competencies previously allocated to a central Ministry of Education have gradually been transferred to the control of Municipal Authorities.

The work focuses on one specific document-based case study. Through structured interviews, inquiries and questionnaires, we move from theoretical principles - the rhetorics - to collect a substantive set of empirical data that we confront with the theoretical principles - the practices. In this analysis process, we confront the various agents involved with a specific PEM with the real practices as they have been observed.

We note significant discrepancies between what several theoretical principles establish for the various entities involved with a PEM and what reality as expressed by the empirical data determines and suggests. These discrepancies refer to the processes that regulate education, the autonomy of schools, the concept of 'educational city' and the role played by the Municipal Education Council, among others.

Keywords: School autonomy; decentralization; city/region; Municipal Educational Project

1. Objeto, Questões de Investigação e Natureza do estudo

É objeto de investigação, a compreensão do processo de construção de um documento basilar da Educação de um território municipal, pelo Município - o PEM, as relações estabelecidas com as Escolas/instituições educativas, quer na

sua elaboração, quer na sua implementação e avaliação, implícitas e previstas no próprio documento.

São estudadas as relações, as percepções, as reações das AE/E do Município ao próprio PEM e com isso as reações, percepções e reações à consequente possibilidade de descentralização e transferência de competências do MEC para o município.

A investigação centra-se na compreensão do documento, dos princípios e objetivos principais nele identificados e no processo de identificação desses mesmos objetivos. É importante identificar quem foram os atores na fase do estudo e estruturação do documento, o que fizeram, como e com quem fizeram/estudaram o território educativo e que contributos recolheram do terreno. As suas reações e percepções, as dificuldades e obstáculos, desde o tempo de construção do PEM, até à sua implementação, sendo também para nós importante recolher as reações de envolvimento dos AE/E, dos Pais/EE ao chamamento e implicação do Município na Educação no sentido da melhoria da Educação do Município que analisamos.

Assim, pareceu-nos importante investigar:

- . Que princípios, objetivos, eixos de ação e dimensões são identificados no Projeto Educativo Municipal?
- . Como foi construído este documento? O que esteve na sua génese?
- . Quem participou na construção do PEM e com que contributos?
- . Que dinâmicas se desenvolveram entre os AE/E e a Câmara Municipal no âmbito da elaboração do projeto educativo municipal?
- . Como é que estes princípios, eixos e dimensões são operacionalizados no campo da ação concreta?
- . Como é que o PEM é percecionado pelos vários atores: ao nível do município, dos agrupamentos de escola, do movimento associativo dos pais?
- . Qual a percepção dos AE/E, da Câmara Municipal, Professores e Associação de Pais sobre os impactos deste documento na melhoria das práticas e dos resultados educativos do município?

2. Breve Enquadramento Metodológico

Dada a natureza do estudo e das características desta investigação em particular, a metodologia seguida é de uma investigação qualitativa descritiva e interpretativa em que os dados são recolhidos em forma palavras e em que os resultados escritos (interpretados) na investigação assentam em citações presentes nos dados de forma a ilustrar e consolidar todo o estudo.

Os dados oriundos de entrevistas, questionários, pareceres, reações, documentos, memorandos, são analisados em toda a sua riqueza, tentando-se respeitar o mais possível a forma em que estes foram registados ou transcritos, Bogdan & Biklen (1994).

É fulcral nesta investigação a “compreensão das intenções e significações – crenças, opiniões, percepções, representações, perspetivas, conceções, etc. – que os seres humanos colocam nas suas próprias ações, em relação com os outros e com os contextos em que e com que interagem. Procura-se o que na realidade, faz sentido e como faz sentido, para os sujeitos investigados.” Amado (2014, p. 41).

Trata-se de uma investigação fenomenológico-interpretativa, já que assenta numa visão holística da realidade a investigar, no seu contexto natural, procurando compreendê-lo, inferindo indutivamente da diversidade dos dados recolhidos e também por isso, mais rica, porque reflete também experiências de vida escolar diversas, porque percecionadas por indivíduos com características e vivências diferentes sob o mesmo problema.

3. Tempos e Procedimentos da Investigação

Este estudo foi desenvolvido durante o ano 2015 até janeiro de 2016 e pode ser dividido em três etapas que se indicam cronologicamente:

. etapa 1 - revisão de literatura, sobre as questões relacionadas com a Educação e a sua dependência histórica do Estado centralizador, às tentativas de descentralização da Educação, a crescente corresponsabilização das Escolas e Autarquias na Educação, a criação de projetos educativos locais/municipais e mais recentemente a própria municipalização/descentralização da Educação, que nos permitiu identificar e mobilizar à interpretação desta realidade, pelos diferentes atores (segunda etapa);

- . etapa 2 – planejar e efetuar o trabalho empírico de recolha de dados, selecionando e construindo os instrumentos, recolhendo os dados e tratando-os e interpretando a realidade através dos atores;
- . etapa 3 – de redação de toda a informação recolhida, consubstanciada neste documento final de projeto de investigação, com base na revisão de literatura efetuada (etapa 1) e no trabalho de campo (etapa 2).

Sendo um Município bastante grande e heterogéneo, tal como consta no PEM, a dispersão geográfica das suas Escolas é igualmente grande e com características muito distintas dependendo da proximidade à cidade principal, tornando as escolas diferentes, pelas suas características mais rurais ou mais citadinas. Esse foi o critério base para a recolha da amostra e consequente escolha dos AE e Escolas não agrupadas do Município.

Em cada AE/E, era necessário recolher dados a partir dos diferentes atores, pelas suas diferentes visões sobre a Escola: Diretores, presidentes dos conselhos gerais e associações e pais. Analisado cada perfil e ação de cada ator/decisor na escola, construíram-se guiões de entrevistas – entrevistas semiestruturadas – com as questões que era importante colocar, de forma comum, aos quatro AE/E. Ao mesmo tempo desenhavam-se os guiões de entrevistas semiestruturadas para os restantes atores: Vereador(a) e consultor(a) externo/a.

Este processo de recolha de dados foi iniciado em 13 de abril e terminou em 26 de outubro. Já numa fase avançada deste estudo, surgiram-nos algumas questões e foi necessário recolher mais dados junto da equipa de educação da CM, agora numa conversa mais informal e com questões muito direcionadas à recolha de documentos. Pensámos ser ainda importante ao nosso estudo, embora complementar, ouvir a opinião de CM vizinhas, dentro da mesma área geográfica do município Alfa, sobre opções tomadas dentro dos seus próprios Municípios, nas questões mais ligadas à descentralização.

As Entrevistas/Questionário seguiram os mesmos blocos de questionamento:

- Município e Educação – visão retrospectiva a 2008
- Descentralização das políticas de Educação – Conceção do PEM
- Implementação e monitorização do PEM

- Avaliação do PEM
- Políticas de descentralização – Situação atual
- Síntese e reflexão

Todas as 17 entrevistas foram gravadas em suporte áudio, com autorização prévia dos entrevistados, para facilitar a recolha de dados, posteriormente e em diferido do momento de entrevista. Excetua-se aqui o caso da entrevista ao/à Sr. / Sra. Vereador(a) da Educação do Município mencionou preferir responder por escrito, tendo por base o guião da entrevista semiestruturada.

Para recolher a opinião e sentires dos professores dos quatro AE/E optou-se pela modalidade de questionários *online*, contando, desde logo, com a colaboração das Direções dos AE/E envolvidos para a sua difusão através dos *mails* institucionais ou os mais correntemente utilizados pelos AE/E nas suas comunicações internas. Uma vez mais, foi garantido que esses inquéritos seriam recolhidos de forma anónima, como aconteceu, tendo-se utilizado para isso a aplicação *Forms* (formulários) da Google como plataforma de desenvolvimento, aplicação e recolha dos mesmos.

4. O Projeto Educativo Municipal: da retórica...

O Projeto Educativo Municipal¹ (PEM) relativo ao município em estudo, é resultado de “uma reflexão alargada sobre as práticas educativas municipais existentes no Concelho e a corresponsabilização e envolvimento de todos os agentes, concebendo o “local” como um espaço privilegiado de desenvolvimento, numa perspetiva sistémica e ecológica da Educação”, (PEM, p:13-14).

Consubstancia-se num documento de 107 páginas divididas em cinco partes distintas, em que, a Parte II, relativa ao estudo do “Contexto e Diagnóstico” absorve a quase totalidade do documento (78 páginas). Faz-se a caracterização social, económica e cultural do município, que tem uma tripla característica, a ligação ao mar, a forte componente urbana e, em simultâneo, ainda muito rural

¹ PEM – documento em pdf, retirado do site do Município em estudo [Nota da Autora: pela confidencialidade e não identificação dos intervenientes no estudo omite-se propositadamente a restante informação].

noutras zonas.; estuda-se a rede escolar, toda a oferta formativa, a ação social escolar e as acessibilidades, meios e equipamentos, estruturas sociais e redes de parcerias e projetos socioeconómicos existentes; caracteriza-se a autarquia e a aposta na Educação, recolhendo os 8 projetos socioeducativos existentes à data; o sucesso educativo do concelho, desde a educação pré-escolar ao ensino secundário, mostrando a evolução das taxas de abandono e conclusão escolares, taxas de retenção e de resultados relativamente aos exames nacionais.

Antecede-lhe uma Parte I, introdutória, onde se descreve sucintamente as competências dos Municípios na Educação, o papel do CME e articulação realizada entre PEM e os projetos educativos das Escolas/AE, bem como a estratégia metodológica para a construção do PEM.

O Plano de Ação está definido na Parte III, a carta de intenções do município para a Educação. São 8 páginas recheadas de intenções de ação e de melhorias na/para a educação do Município. São definidas as linhas orientadoras para o projeto educativo, definidos os objetivos gerais e específicos, as estratégias de ação, a operacionalização do próprio projeto.

É na Parte IV que é descrita a intervenção a realizar pela execução do PEM, de modo mais sucinto, numa página.

Não menos importante, a Parte V, avaliação do PEM, onde se prevê e orienta a avaliação da intervenção do PEM, anualmente, em duas páginas. Define como deve decorrer de forma a se poderem definir novos planos de ação, pela definição de indicadores, capazes de monitorizar o impacto da ação pela comparação com o ponto de partida e de arranque do PEM. Também a análise dos processos e o grau de satisfação das partes, outros atores, são referidos como importantes nesta avaliação anual.

O PEM seguiu uma metodologia de investigação-ação, supervisionado pela Universidade Católica do Porto, “cujo objetivo último consistia em implicar neste processo todos os intervenientes, de modo a torná-los profissionais mais reflexivos e proativos nos contextos em que se inserem e desencadeadores de práticas pertinentes, oportunas e adaptadas às situações com as quais trabalham” (PEM, p. 15).

Segundo Natércio Afonso, (2014, p. 78) este tipo de investigação, investigação-ação, reporta-se na sua origem a Kurt Lewin que “conceptualizou esta estratégia

como um processo em espiral com três fases: uma fase de planeamento (reconhecimento ou pesquisa dos factos), uma fase de ação e uma fase de pesquisa dos factos sobre os resultados da ação. A partir destes factos, uma nova fase de planeamento se desenha seguindo-se as fases seguintes de ação e pesquisa, numa espiral que materializa a consecução dos objetivos da investigação-ação”.

Segundo o PEM (idem, p. 18), foi feita uma análise de conteúdo aos documentos disponibilizados pelas instituições educativas do concelho publicas e/ou privadas, ou seja, os projetos educativos dos AE/E (9/3), IPSS com valência de Jardim de Infância (3 dum universo de 23), instituições de Ensino Particular e Cooperativo (4 de 5), Escolas Profissionais (3 de 4) e Instituições de Ensino Superior (2 de 3).



Tabela 4 – Construção do PEM

Foram definidos três eixos prioritários de ação e definidos os seus objetivos específicos:

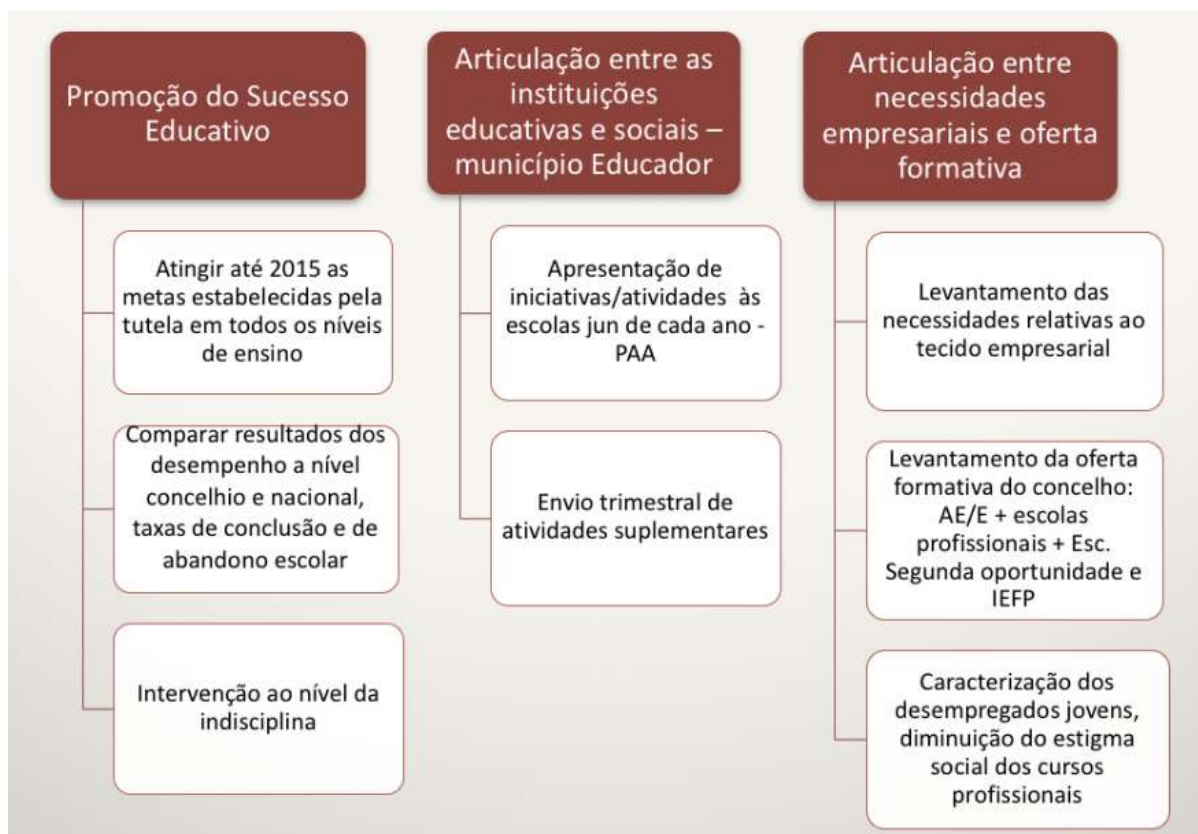


Tabela 5 – Eixos prioritários de Ação, PEM

De acordo com os Eixos Prioritários de ação foram definidas Estratégias de Intervenção:

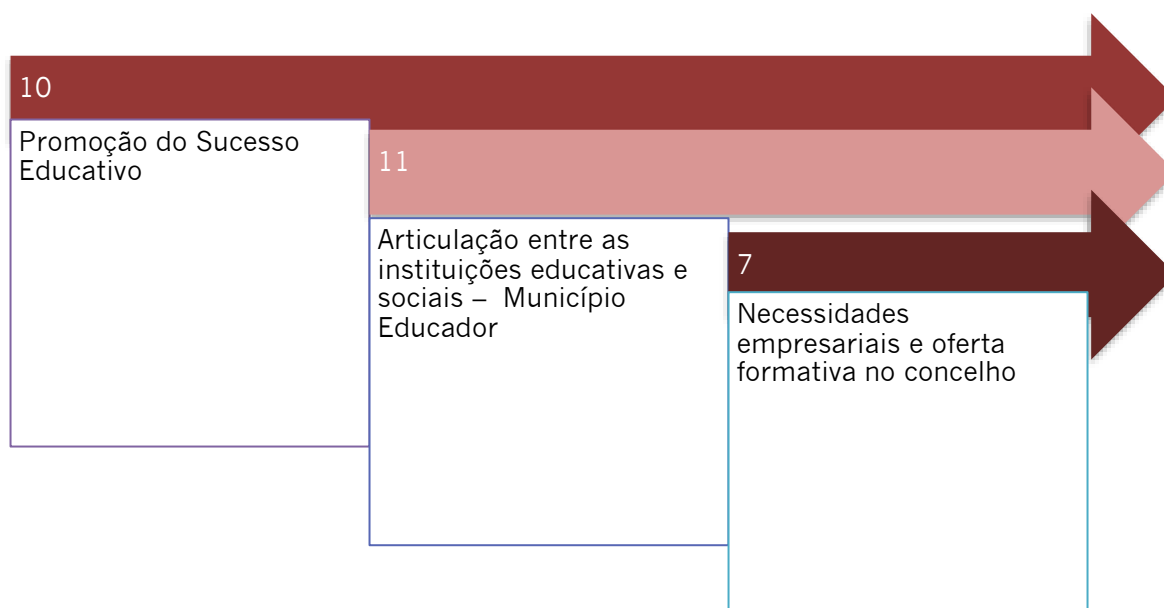


Tabela 6 – Estratégias de Intervenção, PEM

Relativamente à promoção do sucesso educativo, foram concertadas e definidas, entre as diferentes instituições escolares, 10 estratégias de ação (PEM, p.106) que se transcrevem em baixo, que determinam desde logo a elaboração de análise de dados e diversos documentos quer de recolha e diagnóstico, bem como documentos finais para partilha de resultados, conclusões ações a tomar e um seminário anual

Relativamente à articulação entre as instituições educativas e sociais do Concelho – criação de um Município Educador, as estratégias visam recolher a oferta da autarquia, Unidade Local de Saúde, da CPCJ e das forças de segurança de forma a poder, em maio de cada ano, ações integradas e contextualizadas nos projetos educativos das escolas.

Na articulação entre as necessidades empresariais e a oferta formativa no Concelho, foram também definidas sete estratégias que visam fazer o levantamento das necessidades empresariais do Concelho, da oferta formativa e adequá-la às necessidades.

Foi ainda previsto no âmbito do PEM a sua Operacionalização, a sua Intervenção/Execução e a sua Avaliação. Assim, a Operacionalização é equacionada por cada ano letivo e por isso deverá ser registada toda a ação, o público alvo, a relação com os eixos prioritários, a calendarização, recursos e os mecanismos de avaliação; com a sua Intervenção/Execução, pretende criar-se um observatório das práticas educativas do concelho, com origem no CME que com outros elementos possa elaborar pareceres e recomendações potenciando a capacidade educativa; deverá ser alvo de uma avaliação anual. O próprio CME deve fazer esta avaliação e é sugerida uma grelha de avaliação.

5. O Projeto Educativo Municipal: ... às (Perceções sobre as) práticas

A pensar no PEM, dividimos as pessoas com quem falámos em dois grandes grupos por terem conhecimento muito distinto sobre o mesmo:

- . os que criaram o PEM: elementos da CM (Educação) e da Universidade Católica (UC) porque impulsionadores e / ou responsáveis do estudo e consequente elaboração do documento, desde a primeira instância. Pessoas com enorme percurso e conhecimento em Educação, ocuparam os

mais variados cargos, de relevo local e nacional, com grande conhecimento e vivência direta do Município. Uma maioria no feminino, 66%, na faixa etária 50-65 anos.

. os que trabalham no terreno escolar e, portanto, são passíveis de ter um interesse acrescido no PEM relativamente a outras instituições de educação e formação. As pessoas que dirigem os AE/E com quem falámos, e aqui incluímos Diretores das Escolas e Presidentes dos Conselhos Gerais, são pessoas entre os 40 e 60 anos maioritariamente mulheres, 75%, com experiências e vivências acumuladas nos AE/E onde estão no momento, de muitos anos. Se em algum caso estiveram fora destes seus AE/E, mantiveram o mesmo Concelho. Estes são, sem dúvida, observadores do terreno, escola-meio, muito privilegiados. Os professores inquiridos seguem a tendência feminina vivenciada na Escolas, 72%. Quando inquiridos sobre o tempo de permanência na escola atual apenas 7% afirmaram que há menos de dois anos, 28% estão entre dois a dez anos e a grande maioria (65%) está *naquela* escola há mais de dez anos. Interessa ainda aqui referir que a maioria dos professores que respondeu ao inquérito não exerce funções de coordenação na escola (68,4%) o que de alguma forma enriquece o nosso estudo. Conseguimos assim obter os olhares diferentes que pretendíamos, dentro da Escola, enquanto atores potencial e gradualmente mais afastados das decisões, mais próximos ficam, gradualmente, das ações/atividades com alunos – importantes por isso, desde logo, ao nosso estudo sobre o PEM. Os Presidentes das Associações de Pais dos AE/E que estiveram connosco em entrevista, seguem igual tendência feminina, 78%, na sua maioria pertencentes à faixa etária dos 30-40 anos, havendo dois casos em dez, em que é ligeiramente superior à faixa expressa.

A colaboração entre Autarquia-Escola é anterior a 2008. Contudo situámos aí o início do nosso estudo porque: 1) era importante recolher informações anteriores ao PEM e perceber porque se tornou importante para a Autarquia realizá-lo; 2) em virtude da transferência de competências decorrida também nessa altura, pelos efeitos do Decreto Lei 144/2008, de 28 de julho, que regula as novas

competências dos Câmaras Municipais em matéria de Educação no Ensino Básico – e por desde essa data numa colaboração mais próxima com os AE do município.

No estudo, de forma exaustiva, percorreram-se as categorias e subcategorias surgidas pela interpretação e triangulação dos dados recolhidos, apresentadas nas tabelas, construindo com o leitor a visão pretendida para este capítulo, ou seja, do Projeto Educativo Municipal - (da retórica) às práticas. No final de cada um dos subcapítulos procede-se ao confronto dos dados empíricos com as “lentes” mobilizadas no enquadramento teórico. Pretende-se, com esta confrontação, ler os dados à luz da teoria, por forma a construir uma síntese interpretativa para as diferentes categorias de análise. Estas sínteses terão por base o cruzamento dos dados empíricos com os conceitos teóricos de (i) Regulação, e (ii) Projeto Educativo Municipal (iii) Descentralização, convocados no enquadramento teórico deste trabalho.

Dividiu-se este capítulo em 5 subcapítulos: *O Município e a Educação – Visão Retrospectiva*, onde se enquadra a relação do Município com as Escolas, no seu contexto legal, o papel do CME com existência anterior a 2008 e formas de funcionamento; *Descentralização das Políticas de Educação pelo ME – a conceção do PEM*, onde se percebe a forma de como foram envolvidas as Escolas para a construção do PEM, onde se foram recolher dados, estatísticas e documentos para análise; *Implementação e Monitorização do PEM*, a promoção do sucesso escolar e a construção de um Município Educador. Se na promoção do sucesso escolar o município atua de forma direta com as Escolas que também o têm como meta primária, a Criação de um Município Educador parece-nos ser um processo mais complexo e difícil: as AE/E não estão comprometidas com PEM, pelo seu desconhecimento generalizado; a ligação com Ensino privado e tecido empresarial estará numa fase de construção. Existem diferenças significativas entre a visão das escolas para o PEM vs PEM efetivamente elaborado. A Monitorização não foi percebida pelos AE/E. O PEM 2013 não sofreu atualização até 2016; *Avaliação do PEM*. Embora o contexto teórico do PEM o previsse pela análise dos nossos dados não encontramos evidências de qualquer avaliação do PEM, apenas avaliações informais sem documento formal; *Descentralização da Educação - Situação Atual*. O caminho (de descentralização na Educação) percorrido de 2008 a 2015 carrega em si experiências e aprendizagens acumuladas no terreno escolar que têm inevitável reflexo na tomada de posição dos atores na transferência de

competências de 2015. São os medos de uns, os interesses de outros, jogos de poder e de influências várias. Tudo seria até normal se o “jogo” não fosse levado a terreno num contexto de informação escassa, de contornos sigilosos incompreensíveis e num tempo para decisão mínimo.

6. Conclusões e Linhas Orientadoras para a Regulação Local da Educação

A título de conclusão vamos chamar novamente as nossas questões de investigação, sobre as quais orientámos o nosso percurso neste estudo, procurando dar-lhes resposta com base nos dados recolhidos.

1. Que princípios, objetivos, eixos de ação e dimensões são identificados no Projeto Educativo Municipal?

O PEM tem como objetivo a apropriação e transformação da realidade educativa concelhia, que resulta da reflexão sobre o que é a educação, o sucesso educativo, a Escola, as suas funções, os seus problemas e a sua eventual resolução, sempre com o contributo de todos os intervenientes com o objetivo da criação de um Município Educador no sentido da melhoria e do sucesso escolar dos alunos.

Tem como prioritários três grandes eixos de intervenção: 1) promoção do sucesso educativo, 2) articulação entre as instituições educativas e sociais do Concelho – criação de um Município Educador, 3) articulação entre as necessidades empresariais e a oferta formativa no Concelho.

2. Como foi construído este documento? O que esteve na sua génese?

O PEM resultou de uma vontade de construção de um projeto educativo metropolitano desenvolvido numa determinada Área Metropolitana. Teve a supervisão científica da Universidade Católica, sob a direção científica e coordenação técnica da Faculdade de Educação e Psicologia da mesma Universidade, tendo sido construído entre julho de 2012 e dezembro de 2013.

3. Quem participou na construção do PEM e com que contributos?

O PEM teve a colaboração de todos os agentes educativos que estão implicados, quer na intervenção (destinatários e aplicadores), quer na comunidade educativa. Embora sabedores dos muitos agentes educativos que estiveram presentes na conceção e desenho do PEM (IPSS, organismos de saúde, empresas, instituições do ensino superior, ensino particular e outros) estes não foram o foco do nosso estudo. Interessava-nos estudar apenas as dinâmicas de construção e de ação do PEM nas escolas de ensino público do 1º ao 12º anos.

Dividimos nesta seção em dois grupos de pessoas: os que estiverem na sua génese, que definiram a metodologia científica a seguir e calendarização das atividades parcelares, que definiram das ferramentas de recolha de dados, a própria recolha e o tratamento dos dados, estabelecendo indicadores e ferramentas de análise a utilizar – a Universidade Católica e a equipa da autarquia; os que do lado das escolas lidam diretamente com o território escolar e com tudo o que disso implica – Escolas (Diretores e Presidentes de CG) e as Associações de Pais associadas às escolas.

4. Que dinâmicas se desenvolveram entre os AE/E e a Câmara Municipal no âmbito da elaboração do projeto educativo municipal?

Sendo o PEM resultante de um estudo que teve por base uma investigação ação, a recolha de dados foi realizada através e com os atores participantes e intervenientes. O nosso estudo é realizado em 2015, para um PEM que está em ação desde 2013. A realidade percebida através dos sujeitos do nosso estudo, nem sempre é convergente com o enunciado no documento, como se pode ver pelos dados apresentados nos Capítulos 9, 9A, 9B.

5. Como é que estes princípios, eixos e dimensões são operacionalizados no campo da ação concreta?

Nem todos os eixos/ações foram implementados, pelo que há discrepâncias entre a ação projetada e a ação concretizada. Não tendo sido feita uma monitorização rigorosa do PEM, é difícil medir o que está ou não operacionalizado. Apenas podemos referir as percepções dos sujeitos de investigação (cf. Capítulo 9C).

6. Como é que o PEM é percecionado pelos vários atores: ao nível do município, dos agrupamentos de escola, do movimento associativo dos pais?

Neste contexto, o PEM é percecionado de formas distintas por quem o fez ou por quem o leva à ação ou até por quem o desconhece de todo e nada acrescenta ou faz com ele.

7. Qual a perceção dos AE/E, da Câmara Municipal, Professores e Associação de Pais sobre os impactos deste documento na melhoria das práticas e dos resultados educativos do município?

Por tudo o que foi já mencionado as perceções de quem fez o PEM (CM) e dos atores das escolas são diferentes e por vezes diametralmente opostas. Como nem para todos o PEM é conhecido, obviamente não lhe podem atribuir mérito na melhoria das práticas e dos resultados educativos.

6.1. Principais conclusões do estudo

1. A construção e a implementação do PEM

(a) A análise de conteúdo do PEM do município Alfa revela um documento bem estruturado de acordo com o referencial criado para o efeito, que parece espelhar de forma bastante completa a realidade educativa do município, reportando-se a 2013.

O documento foi construído com base num processo de diagnóstico que se pretendia exaustivo, a partir da análise documental dos PE das escolas do município, e complementado com dados estatísticos exaustivamente recolhidos junto das instituições de educação e formação do município.

Não obstante tratar-se de um documento com inegáveis potencialidades ao nível da melhoria da gestão estratégica da Educação no município, os dados recolhidos parecem apontar para um documento entendido mais como um trabalho finalizado do que como um documento vivo, que se quer em contínua reformulação, adequando-se às mutações da realidade e das necessidades identificadas. Esta conceção do PEM que transparece no discurso de vários dos sujeitos de investigação aponta para a necessidade de retomar este trabalho, entendendo-o

mais como um processo do que como um produto, para que não acabe por morrer em si próprio.

(b) Os dados recolhidos não negam, contudo, as potencialidades que este documento pode ter para a melhoria da Educação, desde que o território se possa rever nele e continuar a edificá-lo, agora de forma mais estruturada e com a colaboração de todos, estabelecendo-se um verdadeiro compromisso coletivo com a Educação no município. Para que tal aconteça, parece ser necessário:

(1) melhorar o conhecimento que os vários atores locais têm deste documento, dando a conhecer amplamente a sua visão e missão;

(2) envolver as escolas e demais instituições de educação e formação na implementação e monitorização do PEM, recolhendo de forma sistemática junto das mesmas ideias estruturantes que possam contribuir para a melhoria deste projeto;

(3) certificar que a visão e missão do PEM são efetivamente partilhadas pelas escolas/instituições, chefias e professores/pessoas do território, única forma ter em cada uma dessas instituições/pessoas a responsabilidade da co-construção da cidade educativa que se pretende fazer emergir;

(4) monitorizar e avaliar sistematicamente a eficácia dos circuitos de comunicação criados entre a autarquia, as instituições de educação e formação e os munícipes em geral, bem como a eficácia das ações a desenvolver no âmbito do PEM.

(c) Os dados recolhidos parecem deixar claro o desafio que se impõe à autarquia: fazer às várias forças vivas do território e a todos os que têm responsabilidades na Educação a importância estratégica de que o PEM se pode revestir para o desenvolvimento do território, acabando com medos e receios que paralisam e bloqueiam as possibilidades de uma ação educativa concertada, seguramente muito mais eficaz. Para que tal aconteça parece ser importante deslocar o PEM para além do portal da CM e torná-lo parte integrante das dinâmicas educativas no município.

2. Os processos de monitorização e avaliação do PEM

O documento que analisámos reporta ao ano de 2013. Desde a sua conclusão não parece ter sido realizado nenhum processo formal de monitorização ou avaliação, o que inviabiliza a sua atualização. No espírito dos princípios que enformaram a construção deste documento, parece-nos importante destacar a importância da implementação sistemática destes processos, de modo a torna-lo num documento vivo, flexível e em processo de permanente reconstrução. Só assim se poderá fazer do PEM um instrumento de utilidade reconhecida pelos diferentes atores locais.

3. O papel do CME

(a) Os dados recolhidos junto de elementos das escolas apontam para a perceção de que no passado o CME terá funcionado com muitas deficiências, sem que tenha havido um controlo rigoroso da sua ação e com uma proximidade da autarquia considerada excessiva. Estes elementos consideram ainda que os representantes das escolas no CME decidiam de per si e não enquanto verdadeiros representantes dos seus pares, sendo que as escolas desconheciam a sua ação, tomada de posição ou deliberação.

(b) Dada a mudança de paradigma (de órgão consultivo a órgão deliberativo) as escolas veem com alguma apreensão que possam vir a repetir-se os erros do passado e que se mantenha essa proximidade da autarquia, havendo o receio de que isso possa coartar as possibilidades de tomada de decisão das escolas.

4. O Programa Aproximar, os contratos interadministrativos e a descentralização

(a) Os dados recolhidos junto dos atores que trabalham nas escolas permitem-nos registar a desconfiança perante o Programa Aproximar, desconfiança essa que começa, desde logo, pelo facto de um contrato entre três entidades nunca ter sido negociado a três, tendo a autarquia assumido o papel de negociador. É ainda possível perceber que talvez esta desconfiança tivesse sido evitada se as Escolas tivessem sido envolvidas em todas as fases de negociação do programa aproximar. A ausência do ME em toda a negociação com as Escolas não só não foi compreendida como parece ter dificultado a relação destas com a autarquia, trazendo descrença e incerteza face aos procedimentos adotados.

(b) A matriz de competências é variável de município para município – quer em número, quer em competência, quer no *owner* da competência – há iguais competências com *owners* diferentes, em cada município, o que parece estar a causar algum ruído entre escolas de diferentes municípios.

(c) Partindo dos discursos dos entrevistados, a gestão de processos a implementar inerentes à matriz de competências prevê-se confusa, principalmente da parte do ME, que vai assumir diferentes papéis de município para município.

(d) No município Alfa criou-se uma comissão interna de acompanhamento do projeto-piloto, o que é visto também com desconfiança pelas Escolas e Pais/EE. Isto porque esta comissão tem um grande peso do Estado e da autarquia no que toca ao poder deliberativo, diminuindo em tudo a posição das escolas que, todas juntas, representam apenas 1 voto.

5. A FAP, a autarquia e as escolas

(a) A FAP é um organismo que representa em diferentes instâncias os Pais/EE do Município Alfa.

(b) No processo de descentralização tomou em assembleias posições extremistas contra a Escola e os Professores, muitas vezes em dissonância com a linha seguida pelas associações de pais que estiveram connosco em entrevista. Esta posição é vista com alguma perplexidade pelas escolas, o que sugere que a construção de um município educador teria que passar também pela compreensão das razões que levam ao afastamento da Escola e da FAP, quando deveriam caminhar a par no melhor interesse dos alunos.

6.2. Linhas Orientadoras para a melhoria dos processos de regulação local da Educação

As linhas orientadoras que aqui se apresentam incidem essencialmente ao nível das comissões de acompanhamento e de regulação necessárias nos projetos/instituições enquanto de/para uma comunidade educativa. Neste caso incluímos aqui o PEM, o Contrato Interadministrativo e o próprio CME.

As comissões de acompanhamento saem normalmente de dentro dos organismos e compreendemos que para salvaguardar todos os intervenientes e legitimar ainda

mais a sua ação, não deva acontecer assim.

Poderá fazer mais sentido que exista uma entidade técnica, externa, que:

- . assegure a integridade e qualidade da informação gerada
- . evite conflitos de interesse, sendo neutral e independente
- . integre apenas pessoas externas a todo o processo – por exemplo elementos de uma universidade
- . não deverá ter elementos das entidades em avaliação na composição destas comissões de avaliação²
- . deverá inspirar o seu funcionamento num modelo tipo ROC³ – como entidade de auditoria processual isenta e independente
- . devem ser definidos documentos, calendarização para envio e recolha de dados das entidades envolvidas para a comissão
- . o mandato da comissão deve ser estabelecido caso a caso conforme as necessidades: mensal/semestral/anual e ser contratualizado

(c) Neste cenário, a autarquia definiria:

- . a missão da comissão externa de acompanhamento e avaliação
- . os estatutos
- . responsabilidade da comissão: fornecer base documental à autarquia e a todos os intervenientes para análise de deficiências e sua posterior correção, melhorando a eficácia de todos os processos.

6. Referências bibliográficas

Afonso, N. (2014). *Investigação Naturalista em Educação*. V. N. Gaia: Fundação Manuel Leão.

Alves, J. M., Cabral, I. (2015). *Educação, Território e Governança - O Programa Aproximar e*

² NA: os elementos dos EE que estão na comissão de acompanhamento são membros da assembleia municipal, o que nos leva a admitir a possibilidade de virem a advogar em causa própria (cf. CG1.25 e CG3.41)

³ NA: Um Revisor Oficial de Contas (ROC) para as empresas é um profissional de contabilidade que tem a competência exclusiva de rever legalmente as contas, auditar as contas e serviços relacionados, de todo o tipo de organizações, nomeadamente empresas e entidades públicas. É sempre externo às empresas que audita.

a Terceira Margem. In U. C. Porto (Ed.). Porto: Revista Portuguesa de Investigação Educacional.

Amado, J. (2013). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Azevedo, J. (2011). *Liberdade e Política Pública de Educação, Ensaio sobre um novo compromisso social pela educação*. V. N. Gaia: Fundação Manuel Leão.

Barroso, J. (. (2006). *A Regulação das Políticas Públicas de Educação*. Lisboa: Educa | Unidade de I&D de Ciências da Educação.

Barroso, J. (1996). *O estudo da autonomia a escola: da autonomia decretada à autonomia construída*. Porto: Porto Editora.

Barroso, J. (1999). Sobre a autonomia e gestão das escolas. 4-11. (A. Amiguiinho, Entrevistador)

Barroso, J. (2004). A autonomia das Escolas: uma ficção necessária. *Revista Portuguesa de educação*, 17(002), pp. 49-83.

Barroso, J. (2008). PARECER ao Decreto-Lei 77 1/2007-ME. In -, - (pp. 10-13). : .

Barroso, J. (2012), Comunicação apresentada a 14 de janeiro de 2012 na Câmara Municipal de Gondomar.

Bogdan, R., Biklen S. (1994), *Investigação Qualitativa em Educação – Uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.

Cabral, I. (2014). *Gramática Escolar e (IN)Sucesso*. Porto: Universidade Católica Editora - Porto.

Câmara Municipal de [NA: omitido] Divisão de Educação e Formação. (2013). *Projeto educativo municipal*. (). Web: [Na: omitido]

Cariço, M., Pereira, H. (26 de 03 de 2015). *Escolas municipais vão abranger cerca de 110 mil alunos*. Obtido em 26 de 03 de 2015, de <http://observador.pt/http://observador.pt/2015/03/26/escolas-municipais-va0-abranger-cerca-de-110-mil-alunos/>

Carvalho, A., Alves, J. M., Samento, J. M. (1999). *Contratos de Autonomia, Aprendizagem Organizacional e Liderança*. Porto: Edições ASA.

Constituição Apostólica Universidades Católicas João Paulo II - .. (- de - de). Obtido em 9 de jan de 2016, de UCP: www.porto.ucp.

Constituição da República Portuguesa - 1933. (- de - de -). Obtido em 11 de jan de 2016, de Parlamento: www.parlamento.pt/

Diário da República Eletrónico. (s.d.). *Contratos interadministrativos*. Obtido de Dre.pt: <https://dre.pt/>

Direção Geral de Estatísticas de Educação e Ciência - Ministério da Educação e Ciência.

Faculdade de Educação e Psicologia da Universidade Católica Porto. (2015). *I Seminário Internacional, Educação, Territórios e Desenvolvimento Humano*. Porto: Universidade Católica Portuguesa - Porto.

Formosinho, J. (2005). *Centralização e descentralização na administração da escola de interesse público*. --: --.

Formosinho, J., Machado, J. (2014). A Regulação da Educação em Portugal. Do Estado Novo à Democracia. In J. Formosinho, J. Machado, A. Fernandes, M. Alves, I. Vieira, *Municípios Educação e Desenvolvimento Local* (pp. 13-33). V. N. Gaia: Fundação Manuel Leão.

Lima, L. (2015). *Questões Atuais de Direito Fiscal*. Braga: Coimbra Editora.

Machado, J. (2005). Cidade Educadora e Administração local da Cidade de Braga. *Atas Vº Congresso Português de Sociologia* (pp. 83-89). Braga: -.

Machado, J. (2015). A Gestão Local da Educação Escolar. In U. C. Porto (Ed.). Porto: Revista Portuguesa de Investigação Educacional.

Machado, J., Alves, J. M. (2014). Município Territórios e Educação. *A administração Local da Educação e da Formação*. Porto: e-book Universidade Católica do Porto, Portugal.

Machado, J., Alves, J. M., Fernandes, A. S., Formosinho, J., Vieira, I. (2014). *Municípios Educação e Desenvolvimento Local*. V. N. Gaia: Fundação Manuel Leão.

Morin, E. (1990). Introdução ao pensamento complexo. Lisboa: Instituto Piaget.

Nóvoa, A. (2009). Educación 2021: para una historia del futuro. *Revista Iberoamericana de Educación*, 49, pp. 181-199.

Nóvoa, A. (2002). O Espaço público da educação: Imagens narrativas e dilemas. In -, *Espaços de Educação, Tempos de educação* (pp. 237-263). Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

Nóvoa, A. (2006). Pela Educação, Saber (e) Educar 11, 2006 p.111-126. Web: http://repositorio.esepf.pt/bitstream/handle/10000/14/SeE11_EntrevistaHenrique.pdf?sequence=2: Repositório da Escola Superior de Educação de Paula Frassinetti.

Portugal, M. (2014). *PAE: Programa aproximar educação descentralização de competências na área da educação – contrato de educação e formação municipal*. Unpublished manuscript

Relatório Final PEM Area Metropolitana [retirado]. (30 de novembro de 2013). Obtido em 19 de dezembro de 2015, de --: --

Seabra, T., Carmo, R., Baptista, I., Fontes, A. (2012). *Avaliação da descentralização de Competências de Educação para os Municípios.* Ministério da Educação e Ciência. Lisboa:

Sousa, F. V. (2009). *Educação, Estado e Sociedade*. V. N. Gaia: Fundação Manuel Leão.

Legislação consultada

Lei de Bases nº 43/89, Artº 3º

Decreto-Lei nº 115A/1998

Decreto-Lei nº7/2003 - CME

Decreto-Lei nº 7/2003, de 15 janeiro

Decreto-Lei nº 144/2008, de 28 de Julho de 2008

Portaria nº 265/2012

Portaria nº 44/2014

Diário da República N.º 145/2015, SÉRIE II de 28 de jul de 2015

Decreto-Lei nº 72/2015 – CME altera 7/2003 CME novo

Decreto-Lei n.º 30/2015

Decreto-Lei nº 30/2015, de 12 fevereiro

Decreto-Lei nº 13/2015